

Superior Tribunal de Justiça

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.831.689 - SP (2019/0231117-7)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
EMBARGANTE : UNIMED DE SÃO CARLOS - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO
ADVOGADOS : MÁRCIO ANTÔNIO CAZU - SP069122
RAFAEL VALÉRIO MORILLAS - SP315113
EMBARGADO : B R
REPR. POR : A G L R
ADVOGADOS : CAROLINE SALERNO - SP384367
RAISSA MOREIRA SOARES - SP365112

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos contra a decisão por meio da qual dei parcial provimento ao seu recurso especial.

Em seu recurso, o embargante suscitou a existência de “omissão em relação ao fato de que a contratação não conta com previsão de número específico de sessões psicoterápicas providas de cobertura.”

Nesse contexto, esclareceu que as coberturas se encontram limitadas às previsões contidas no Rol de Procedimentos editado pela ANS e que, “como consta do documento médico de fls. 28, a Classificação Internacional de Doenças – CID 10 referente à moléstia que acomete o Embargado é a F84.0 (“Autismo infantil”), de modo que, o item 106 do anexo II da Resolução Normativa 428 limita a quantidade de sessões de cobertura obrigatória para tratamentos com psicoterapia em 40 (quarenta) sessões anuais”

A parte embargada, regulamente intimada, não se manifestou.

Da leitura dos embargos, verifico que esses merecem provimento para sanar a mencionada omissão, visto que consta na parte dispositiva da decisão que foi dado parcial provimento ao recurso especial “para considerar lícita a cláusula contratual que determina a coparticipação do segurado nas sessões psicoterápicas que excedam o número previsto em contrato”.

Com efeito, inexistindo cláusula contratual com previsão de número específico de sessões psicoterápicas providas de cobertura e tendo em vista as resoluções acima mencionadas da ANS, deve ser acolhidos os embargos para que a parte dispositiva fique redigida nos seguintes termos:

Superior Tribunal de Justiça

“Em face do exposto, nos termos do art. 34, XVIII, "c", do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, dou parcial provimento ao recurso especial, para determinar a coparticipação do segurado nas sessões psicoterápicas que excedam o número mínimo determinado pela ANS.”

Em face do exposto, acolho os embargos, nos termos do acima estabelecido.

Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora

